Notícias do dia 02 de fevereiro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 4 | Número de veículos: 4

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
TCE - GO
STF quer diálogo sobre lei de controle externo do TCE-GO 3

RÁDIO CBN GOIÂNIA 97.1 FM - GOIÂNIA - GO - CBN GOIÂNIA
TCE - GO
Papo político: TCE-GO, Governo de Goiás e Alepe buscam acordo para audiência de conciliação no STF
. 4

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Caiado, Bruno Peixoto e Saulo Mesquita vão à audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal
. 5

O POPULAR ONLINE - GO - OPINIÃO
TCE - GO
Caiado irá a audiência de conciliação no Supremo e mantém diálogo com TCE em busca de acordo
. 7

STF quer diálogo sobre lei de controle externo do TCE-GO

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), convocou para a próxima terça-feira (6), às 14h, audiência de conciliação no âmbito de uma ação proposta contra lei goiana que exige que o **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) preste contas de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial à Assembleia Legislativa (**Alego**).

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7581, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) sustenta que a Lei Estadual 22.482/2023 e as alterações promovidas na Constituição do estado contrariam as prerrogativas de autonomia e autogoverno da Corte de Contas.

A associação considera a lei incompatível com a Constituição, pois interfere na organização e no funcionamento do **TCE**-GO. Segundo a Atricon, a norma trata de matéria cuja iniciativa é privativa da corte de contas e, nesse caso, a autoria é de parlamentar estadual.

Diante das informações prestadas, o ministro verificou divergências dos envolvidos na ação e concluiu que o contexto é favorável à abertura do diálogo para a construção de potenciais convergências de entendimento.

Foram convocados para a audiência representantes do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás**, do Governo do Estado de **Goiás**, com a participação das secretarias estaduais envolvidas, e da Assembleia Legislativa do Estado. Representantes da Atricon, da Advocacia- Geral da União e da Procuradoria- Geral da República também poderão participar

Site: https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-02-02%2004:42:02.pdf

Papo político: TCE-GO, Governo de Goiás e Alepe buscam acordo para audiência de conciliação no STF

TAGS: **TCE**-GO, GOVERNO DE **GOIÁS**, ALEPE, ACORDO, AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, STF, RONALDO CAIADO, GESTÃO DE HOSPITAIS, FUNDAÇÃO PIO XII, CORA, PGE-GO

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2024/02/02/RDIOCBNGOINIA971FMGOINIAGO-09.49.41-10.00.12-1706880189.mp3

Caiado, Bruno Peixoto e Saulo Mesquita vão à audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal

Raphael Bezerra

Ronaldo Caiado (UB) deve participar da audiência de conciliação sobre o questionamento da validade da lei que dá prerrogativas para a Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) fiscalizar o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO). A oitiva foi marcada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, para o terça-feira, 6. O presidente do **TCE**, Saulo Mesquita, também estará presente na reunião.

Além do governador, deve participar da audiência o presidente da **Alego**, deputado Bruno Peixoto (UB). Ele será acompanhado do Procurador da **Alego**, Gabriel Ricardo Jardim Teixeira.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) argumenta que as alterações promovidas na constituição do estado contrariam as prerrogativas de autonomia e autogoverno da corte de contas.

Segundo a Atricon, a norma trata de matéria cuja iniciativa é privativa da corte de contas e, nesse caso, a autoria é de parlamentar estadual.

Foram convocados para a audiência representantes do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás**, do Governo do Estado de **Goiás**, com a participação das secretarias estaduais envolvidas, e da Assembleia Legislativa do Estado. Representantes da Atricon, da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República também poderão participar. Com informações da assessoria de imprensa do Supremo Tribunal Federal.

Leia também:

"É uma lei extremamente constitucional", diz Talles Barreto sobre a fiscalização externa do **TCE**-GO

Alego aprova em primeira votação dois projetos de controle externo do **TCE**-GO

Site: https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/caiado-bruno-peixoto-e-saulo-mesquita-vao-a-

audiencia-de-conciliacao-no-supremo-tribunal-federal-575308/

Caiado irá a audiência de conciliação no Supremo e mantém diálogo com TCE em busca de acordo

Fabiana Pulcineli

Modificado em 02/02/2024, 09:22

Governador Ronaldo Caiado, presidente do **TCE**-GO, Saulo Mesquita, e integrantes do governo na apresentação do projeto do Cora ao tribunal, em outubro do ano passado (Foto: Kazuo/Ass. **TCE**-GO)

O governador Ronaldo Caiado (UB), o presidente da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**), Bruno Peixoto (UB), e o presidente do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO), Saulo Mesquita, estarão presentes na audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF), na terça-feira (6), e antes disso mantêm diálogo sobre possível proposta de acordo na ação direta de inconstitucionalidade (ADI nº 7581) contra a lei goiana que estabeleceu julgamento da prestação de contas do tribunal pelo Legislativo.

No dia 29, o ministro relator da ação no Supremo, André Mendonça, marcou a audiência em despacho no qual diz que é "de todo recomendável que, na ocasião, as manifestações tenham caráter propositivo e resolutivo, devendo os representantes das diversas instâncias acima indicadas possuírem plenos poderes para transigir nos autos".

Mendonça convocou representantes dos órgãos envolvidos, o que não exigia necessariamente a presença do governador. Segundo aliados, ao comparecer, Caiado marca posição em defesa da lei, que foi patrocinada por ele em meio a insatisfação com a decisão do **TCE**-GO contrária a modelo de contratação de organizações da sociedade civil (OSCs) na área da saúde.

Nos bastidores, os deputados governistas têm dito que haverá acordo, mas que a solução ainda está sendo construída. No **TCE**-GO, ainda há dúvidas e alguns conselheiros defendem que só poderia haver entendimento com a revogação da lei.

Questionado, o procurador-geral do Estado, Rafael Arruda, que acompanhará o governador, disse que possíveis propostas "estão em avaliação, construção e exame". "Como disse o ministro André Mendonça, a interação dialógica é apta à construção de potenciais convergências de entendimento em relação ao problema a ser solucionado. A intenção é estabelecer consensos, sempre de maneira respeitosa, colaborativa e republicana, como tem de ser em uma democracia constitucional", afirmou.

Mendonça, que já havia conversado individualmente com atores envolvidos na ação, afirmou no despacho que "o contexto torna propícia a tentativa de buscar soluções consensuais ao conflito estabelecido".

O projeto da lei goiana foi proposto pelo deputado Talles Barreto (UB), vice-líder do governo na **Alego**, e prevê apreciação das contas e possíveis sanções contra o tribunal. A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) protocolou a ação no Supremo, apontando retaliação política, tentativa de intimidação e interferência na autonomia do **TCE**-GO.

Em petição na ADI, o governador afirmou que Atricon e tribunal estavam sugerindo "picuinha institucional" que não existe e defendeu a lei.

Além de **TCE**-GO, **Alego** e governo, participarão da audiência, marcada para 14 horas, representantes da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República, que tiveram divergências nos pareceres na ADI.

A primeira não vê inconstitucionalidade no julgamento das contas pelo Legislativo. Já a PGR defendeu a suspensão de sete artigos. Para o procurador-geral Paulo Gonet, a **Alego** até pode apreciar os balanços do tribunal, mas penalidades, multas e outros atos administrativos previstos na lei extrapolam as competências do Poder.

Contexto

Em 14 de dezembro, a maioria do **TCE**-GO decidiu pela ilegalidade e anulação dos chamamentos da Secretaria Estadual de Saúde para gestão em quatro hospitais (Hugo, Hemu, Herso e Heapa) por conta da participação de OSCs. Na mesma decisão, o tribunal recomendou que o governo estadual não assine

termos de colaboração com esse tipo de entidade na área da saúde, sinalizando para posição contrária da maioria do tribunal ao contrato realizado entre o governo e a Fundação Pio XII, em dezembro de 2022, para construção e gestão por 12 anos do Complexo Oncológico de Referência (Cora). O caso do Cora é apreciado em outro processo, que corre sob sigilo, e ainda não tem previsão de julgamento.

O governo estadual protocolou pedido de reexame contra a decisão que anulou os chamamentos e aguarda decisão. Enquanto isso, há efeito suspensivo e o Estado deu continuidade aos processos. A organização social mineira Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ), de Minas Gerais, venceu todos os chamamentos.

***

E-mail: fabiana.pulcineli@opopular.com.br

Twitter: @fpulcineli

Instagram: @fpulcineli

Facebook: fabiana.pulcineli

Site: https://opopular.com.br/opiniao/blog-fabiana-pulcineli/caiado-ira-a-audiencia-de-conciliac-o-no-supremo-e-mantem-dialogo-com-tce-em-busca-de-acordo-1.3105927